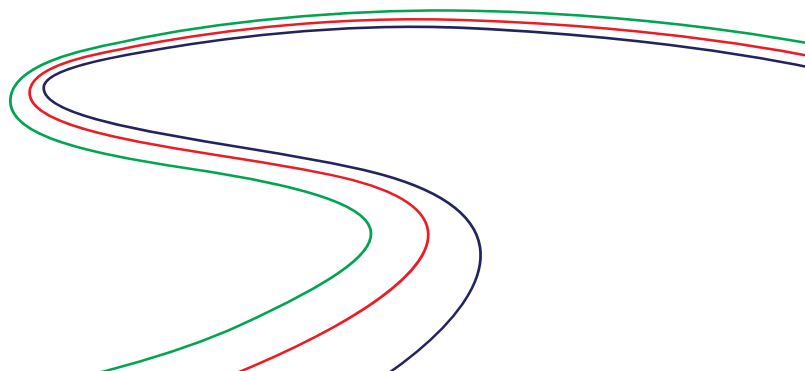
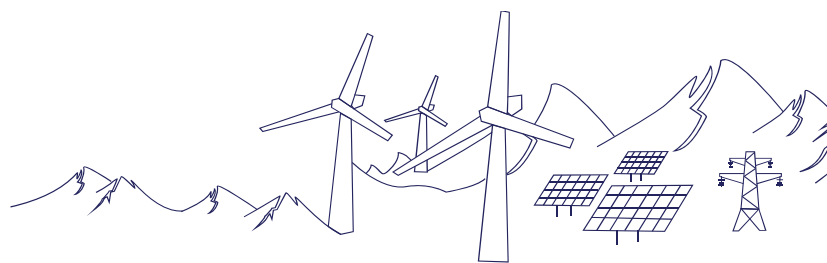




Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

31 de dezembro de 2023 e 2022





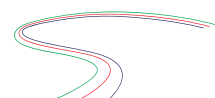
SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023 e 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	10





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas
SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

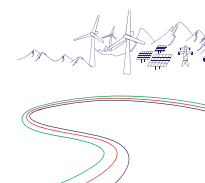
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 Não auditado	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	204	200	939	1.339
Impostos a recuperar		2	-	2	-
Outros ativos circulantes	5	-	-	9.904	9.525
Total ativo circulante		206	200	10.845	10.864
Não circulante					
Partes relacionadas	6	2.443	2.062	-	-
Investimentos	7	1.976	1.993	-	-
Direito de uso	8	-	-	3.397	2.191
Imobilizado	9	-	-	770	-
Intangível	10	-	-	-	277
Total ativo não circulante		4.419	4.055	4.167	2.468
Total dos ativos		4.625	4.255	15.012	13.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

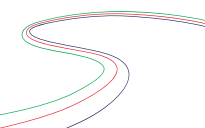
Balanços patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022 Não auditado	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		2	-	6	-
Arrendamentos	11	-	-	104	84
Total passivo circulante		2	-	110	84
Não circulante					
Arrendamentos	11	-	-	3.418	2.130
Partes relacionadas	6	2.643	2.262	9.504	9.125
Total passivo não circulante		2.643	2.262	12.922	11.255
Patrimônio Líquido	12				
Capital social		2.000	2.000	2.000	2.000
Prejuízos acumulados		(20)	(7)	(20)	(7)
Total patrimônio líquido		1.980	1.993	1.980	1.993
Total dos passivos e patrimônio líquido		4.625	4.255	15.012	13.332

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

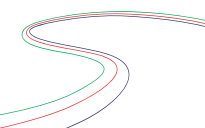


SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 Não auditado	2023	2022 Não auditado
Resultado da equivalência patrimonial		(17)	(7)	-	-
Administrativas e gerais	13	(3)	-	(20)	(6)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(20)	(7)	(20)	(7)
Resultado financeiro líquido	14				
Receitas financeiras		8	-	8	-
		8	-	8	-
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(12)	(7)	(12)	(7)
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1)	-	(1)	-
Prejuízo líquido do exercício		(13)	(7)	(13)	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

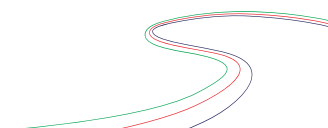


SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado
Prejuízo líquido do exercício	(13)	(7)	(13)	(7)
Resultado abrangente total do exercício	(13)	(7)	(13)	(7)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



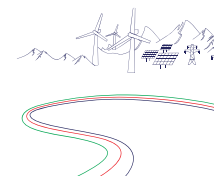


SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total	Total consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	200	-	200	200
Integralização de capital	1.800	-	1.800	1.800
Lucro líquido do exercício	-	(7)	(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (não auditado)	2.000	(7)	1.993	1.993
Prejuízo líquido do exercício		(13)	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	2.000	(20)	1.980	1.980

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 Não auditado	2023	2022 Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro		(12)	(7)	(12)	(7)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial		17	7	-	-
		5	-	(12)	(7)
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Impostos e contribuições sociais compensáveis		(2)	-	(2)	-
Outros ativos operacionais		-	-	-	(9.525)
		(2)	-	(2)	(9.525)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		2	-	(6)	-
Partes relacionadas	6	-	200	-	9.125
Outros contas a pagar		-	-	(3)	-
		2	200	(9)	9.125
Caixa proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		5	200	(23)	(407)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1)	-	(1)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		4	200	(24)	(407)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital nas investidas		-	(2.000)	-	-
Aumento de capital da controladora		-	1.800	-	1.800
Adições ao Imobilizado e Intangível		-	-	-	(169)
Caixa líquido (aplicados nas) proveniente das atividades de investimento		-	(200)	-	1.631
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Pagamentos de arrendamentos e aluguéis	11	-	-	(376)	(85)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento		-	-	(376)	(85)
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		4	-	(400)	1.139
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		204	200	939	1.339
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		200	200	1.339	200
		4	-	(400)	1.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

A SPIC Brasil Participações Eólicas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de novembro de 2021, com sede em São Paulo, no Estado de São Paulo. A controladora direta da Companhia é a Pacific Hydro Energia do Brasil Ltda e em última instância pela State Power Investment Corporation China.

A Companhia tem como atividade preponderante participação em outras sociedades como sócia ou acionista, assim como desenvolvimento de estudos de viabilidade e a implantação de usinas de geração renovável.

A Companhia é detentora de 100% do capital social das empresas: Central Eólica Pedra de Amolar I SPE S/A, Central Eólica Pedra de Amolar II SPE S/A, Central Eólica Paraíso Farol II SPE S/A e Central Eólica Paraíso Farol III SPE S/A., conjuntamente definidas como “Grupo”. Estas empresas estão em fase de aprovação dos projetos para iniciar as obras entre 2024 e 2025 e conclusão em 2026.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

Em 30 de abril de 2024, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.1 Declarações de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS®”), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

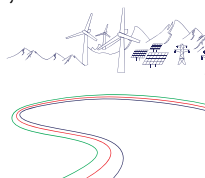
2.2 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Bases de preparação e apresentação

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante / não circulante.

Um ativo é classificado no circulante quando: (i) se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação;



(iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) caixa ou equivalentes de caixa, a menos que haja restrições quanto à sua troca ou seja utilizado para

liquidar um passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando: (i) se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal; (ii) for mantido principalmente para negociação; (iii) se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação; ou (iv) não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante.

2.3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

CPC 26(R1)/IAS 1 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais”. A alteração também define o que é “informação de política contábil material”, explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes.

CPC 23/IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

CPC 32/IAS 12 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo, exceto pelas alterações em relação às alterações do CPC 26 (R1) sobre a definição e identificação de políticas contábeis materiais.



2.3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia

CPC 26(R1)/IAS 1 e CPC40/IFRS 7 - Acordos de Financiamento de Fornecedores - As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez.

CPC 06(R2)/IFRS 16 - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback” - a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação.

CPC 26 (R1)/IAS 1 - Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante e Passivo Não Circulante com Covenants.

O Grupo não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em relação as normas supracitas. As alterações serão aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2024.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

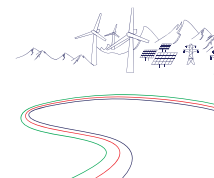
Na elaboração das informações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseia em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa as estimativas e premissas para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

A principal estimativa que representa risco significativo com probabilidade de causar ajuste material ao conjunto das informações contábeis, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de Avaliação da vida útil do Direito de uso (Nota explicativa 8).

2.5 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.



3. Políticas contábeis

As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Empresa e suas controladas (descritas na nota explicativa 1) em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Empresa estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

A consolidação de uma controlada tem início quando o Grupo obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando o Grupo deixar de exercer o mencionado controle.

As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Empresa.

Nas demonstrações contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas; e
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações operacionais, de investimento e financiamento são segregadas conforme cada atividade e negócio da Companhia. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliarem o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da entidade e o montante de seu caixa e equivalentes de caixa.



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado	31/12/2023	31/12/2022 Não auditado
Caixas e Bancos	1	200	736	1.339
Aplicações financeiras de curto prazo	203	-	203	-
	204	200	939	1.339

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa média 99% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

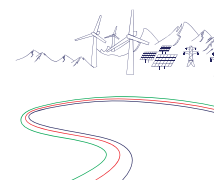
5. Outros ativos

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
	Circulante	Circulante
Outros ativos		
Despesas antecipadas com capitação de dívida	1.878	500
Adiantamentos a fornecedores	8.026	8.025
Outros	-	1.000
Total	9.904	9.525

6. Transações com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas:

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		2023	2022 Não auditado	2023	2022 Não auditado
Balanco patrimonial					
Ativo					
Central Eólica Pedra de Amolar I	AFAC	1.048	881	-	-
Central Eólica Pedra de Amolar II	AFAC	1.024	881	-	-
Central Eólica Paraiso Farol II	AFAC	371	300	-	-
Total ativo		2.443	2.062	-	-
Passivo					
Pacific Hydro Energia do Brasil	AFAC	2.643	2.262	9.504	9.125
Total passivo		2.643	2.262	9.504	9.125



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Investimentos

	Composição do investimento		Informações sobre as controladas				
	2023	2022	Percentual de participação	Ativo	Passivo 2023	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Participações em empresas Controladas							
Central Eólica Pedra de Amolar I SPE S.A.	492	498	100%	4.473	3.981	492	(6)
Central Eólica Pedra de Amolar II SPE S.A.	494	498	100%	4.032	3.538	494	(4)
Central Eólica Paraíso Farol II SPE S.A.	494	498	100%	2.512	2.018	494	(4)
Central Eólica Paraíso Farol III SPE S.A.	496	499	100%	3.789	3.293	496	(3)
Total Investimentos	1.976	1.993					

8. Direito de uso

Referem-se aos ativos decorrentes da aplicação do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019. A taxa de depreciação foi calculada com base no tempo de contrato do ativo principal e os valores são depreciados linearmente até o final da autorização.

O principal ativo reconhecido possui a seguinte característica:

- Terrenos: referem-se, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque eólico da Companhia.

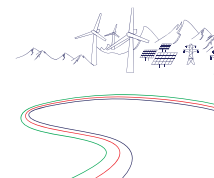
a. Composição do ativo de direito de uso

	Consolidado							
	31/12/2023				31/12/2022 (Não auditado)			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Arrendamento de terras	6,67%	3.643	(246)	3.397	7,47%	2.241	(50)	2.191
Total direito de uso		3.643	(246)	3.397		2.241	(50)	2.191

b. Movimentação do ativo de direito de uso

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022 (Não auditado)	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2023
	Arrendamento de terras	2.191	1.401	(195)
Total Ativos de direito de uso	2.191	1.401	(195)	3.397

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2021 (Não auditado)	Adição	Depreciações	Valor líquido em 31/12/2022 (Não auditado)
	Ativos de direito de uso	-	2.241	(50)
Arrendamento de terras	-	2.241	(50)	2.191
Total Ativos de direito de uso	-	2.241	(50)	2.191



9. Imobilizado

Obras em andamento, móveis e utensílios, instalações e equipamentos são demonstrados ao custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras quaisquer custos diretamente atribuíveis para ativação do bem no devido funcionamento, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Companhia as deprecia separadamente com base em suas vidas úteis específicas.

Os custos com manutenções periódicas e rotineiras dos itens são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear e limitada ao prazo remanescente da autorização da Companhia ou ao longo das vidas úteis estimadas dos ativos, dos dois o menor. As vidas úteis estimadas estão a seguir apresentadas:

Máquinas e equipamentos	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Construções	10 a 30 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

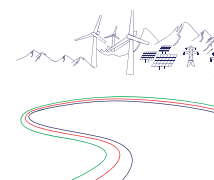
a. Composição do Imobilizado

	Consolidado	
	31/12/2023	
Imobilizado	Custo histórico	Valor líquido
Imobilizado em curso		
Geração	770	770
Total do imobilizado em curso	770	770
Total do Imobilizado	770	770

b. Movimentação do Imobilizado

	Consolidado			
	Valor líquido em 31/12/2022 Não auditado	Ingressos	Reclassificação (i)	Valor líquido em 31/12/2023
Imobilizado em curso				
Máquinas e equipamentos	-	493	277	770
Total do imobilizado em curso	-	493	277	770
Total do imobilizado	-	493	277	770

(i) O valor de R\$ 277 foi reclassificado do intangível para o imobilizado para refletir os gastos com a construção dos projetos.



10. Intangível

Os softwares, estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Estes intangíveis possuem vidas úteis definidas com base na aquisição ou nos seus contratos comerciais e são amortizados pela sua vida útil econômica definida pelo poder concedente.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis ou nos seus contratos comerciais, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

a. Composição do intangível

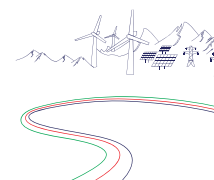
	Consolidado			
	2023		2022	
	Custo histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
Intangível em curso				
Outros projetos	-	-	277	277
Totalintangível	-	-	277	277

b. Movimentação do Intangível

	Consolidado		
	Valor líquido em 31/12/2022 Não auditado	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2023
Intangível em curso			
Outros projetos	277	(277)	-
	<u>277</u>	<u>(277)</u>	<u>-</u>

11. Arrendamentos

A Companhia realiza a avaliação, na data de início de cada contrato, se esse contrato apresenta características de arrendamento (Baseado no CPC 06) e aplica uma abordagem única de reconhecimento e mensuração, exceto para arrendamentos de curto prazo e de ativos de valor individual menor que US\$ 5. Direito de uso de arrendamentos: Os direitos de uso de arrendamentos, inicialmente, compreendem o passivo de arrendamento acrescido dos pagamentos antecipados. Esses ativos são depreciados com base na vigência dos contratos de arrendamento. Arrendamentos a pagar: Os arrendamentos a pagar são inicialmente mensurados ao valor presente dos fluxos de pagamentos futuros, descontado pela taxa incremental de financiamento, uma vez que a taxa de juros implícita no arrendamento não é de fácil determinação.



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2023 e 2022

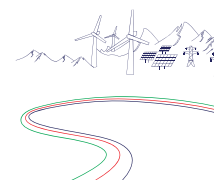
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O fluxo de pagamentos futuros compreende pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa. Posteriormente, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva, e remensurado (com correspondente ajuste no direto de uso relacionado) quando há modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos futuros motivada, por exemplo, por atualizações monetárias, ou alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorrem. Adicionalmente, a Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos de ativos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início, e de ativos de baixo valor individual, os quais são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme nota explicativa nº 11 e demonstrado abaixo:

	Consolidado				Saldo líquido em 31/12/2023
	Saldo em líquido 31/12/2022 (Não auditado)	Adições	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	3.739	3.659	-	(376)	4.765
(-) Ajuste a valor presente	(1.525)	(2.257)	282	-	(1.243)
Total	2.214	1.402	282	(376)	3.522
Circulante	84				104
Não Circulante	2.130				3.418
Total	2.214				3.522

	Consolidado				Saldo líquido em 31/12/2022 (Não auditado)
	Saldo líquido em 31/12/2021 (Não auditado)	Adições	Atualização financeira	Pagamentos	
Arrendamentos de terra	-	3.824	-	(85)	3.739
(-) Ajuste a valor presente	-	(1.584)	59	-	(1.525)
Total	-	2.241	59	(85)	2.214
Circulante	-				84
Não Circulante	-				2.130
Total	-				2.214



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimonio Liquido

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Companhia é de R\$ 2.000 representado por 2.000 ações ordinárias, totalmente integralizadas em moeda corrente nacional, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

13. Nota de Gastos

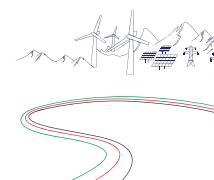
	Controladora				
	2023		2022		
	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros (a)	2	2	-	-	-
Outras (a)	1	1	-	-	-
Total	3	3	-	-	-

	Consolidado				
	2023		2022		
	Gerais e Administrativas	Total	De operação	Gerais e Administrativas	Total
Serviços de terceiros (a)	2	2	-	-	-
Outras (a)	18	18	-	6	6
Total	20	20	-	6	6

(a) Os gastos administrativos referem-se ao compartilhamento de custo de Pessoal entre a Companhia e sua Controladora.

14. Resultado Financeiro

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Receitas financeiras		
Juros e variações monetárias		
Renda de aplicações financeiras	8	8
Receitas financeiras total	8	8
Total resultado financeiro	8	8



15. Instrumentos Financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de taxa de juros;
- Risco operacional;
- Risco de liquidez.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos avaliados pela Administração, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os colaboradores entendam os seus papéis e obrigações.

a) Risco de crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seu cliente. Este risco é avaliado pela Administração com base nos riscos de mercado e operacionais. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui risco de crédito.

b) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a seus empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro a Companhia não possui financiamento.

c) Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

d) Risco de liquidez

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.



SPIC Brasil Participações Eólicas S.A.

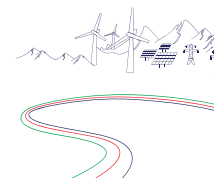
Notas explicativas às demonstrações contábeis
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de compromissos contratuais dos passivos financeiros da Companhia:

Controladora					
31/12/2023					31/12/2022
					Não auditado
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
					Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	2	-	-	-	2
Partes relacionadas	-	2.643	-	-	2.643
Total	2	2.643	-	-	2.645
Consolidado					
31/12/2023					31/12/2022
					Não auditado
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
					Total
Passivos Financeiros					
Fornecedores	6	-	-	-	6
Partes relacionadas	-	9.504	-	-	9.504
Arrendamentos e aluguéis	24	80	405	3.013	3.522
Total	30	9.584	405	3.013	13.032

Classificação dos instrumentos financeiros

Controladora					
31/12/2023		31/12/2022			
		Não auditado			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	204	204	200	200	Valor justo por meio do resultado
Passivos financeiros					
Partes relacionadas	2.643	2.643	2.262	2.262	Custo amortizado
Fornecedores	2	2	-	-	Custo amortizado
Consolidado					
31/12/2023		31/12/2022			
		Não auditado			
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Categoria
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	939	939	-	-	Valor justo por meio do resultado
Outros ativos circulantes	9.904	9.904	-	-	Custo amortizado
Passivos financeiros					
Arrendamentos e aluguéis	3.522	3.522	-	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	9.504	9.504	9.125	9.125	Custo amortizado
Fornecedores	6	6	-	-	Custo amortizado



Outros riscos considerados relevantes

a) Risco regulatório

As atividades do grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do setor.

b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no setor. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias.

O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2024 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos das controladas, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndio, explosão, interrupção de operação e danos naturais. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.



16. Seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros (não auditado).

17. Transações que não afetaram o caixa

	Consolidado	
	2023	2022 Não auditado
Atividades de Investimento		
Adições ao Imobilizado e Intangível	493	-

Do valor total de adições em curso R\$ 493, refere-se a adições ao imobilizado decorrentes de: i) AVP sobre arrendamento R\$ 281; ii) amortização do direito de uso R\$ 196 e; iii) R\$ 16 outros.

Composição da Diretoria

Adriana Waltrick
DiretoraGeral

Paulo Dutra
DiretorFinanceiro

Valéria Lopes de Souza
CRC-1SP145065/O/S-RN

